

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA – GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Boletim Informativo

Boletim Informativo

N.º 05/2018/2019

REUNIÃO:

ORDINÁRIA DE 26/10/2018

OUTUBRO DE 2018

Presenças:

Presidente

- Procurador-Geral da República, Óscar Silva Tavares;

Vice-Presidente

- Daniel Alves Monteiro;

Vogais

- Membros eleitos pela Assembleia Nacional, Dra. Edelfride de Santa Filomena Sousa Barbosa Almeida, Dra. Raquel Odete Fortes e Eng.º Mário Gomes Fernandes;
- Membros eleitos pelos seus pares, Drs. Felisberto Ho Chi Min Varela Robalo e Nilton Jorge da Costa Moniz.

Secretário

- Secretariou a sessão a Oficial de Justiça Zico António Fortes Andrade, Secretário do Ministério Público.

SUMÁRIO:

1. Período antes da ordem do dia;
2. Aprovação do Plano de Actividades do Conselho Superior do Ministério Público para o ano 2018/2019;
3. Aprovação de propostas de acções de formação do MP para o ano 2018/2019;
4. Apreciação da proposta de alteração do Estacionário das Procuradorias da República das Comarcas da Brava e dos Mosteiros;
5. Aprovação e fixação dos valores de referência processual mínima para os Magistrados do MP e Procuradorias da República de Comarca para o ano judicial de 2018/2019

6. Apreciação do Relatório de Inspeção realizado a Procuradora da República;
7. Apreciação da exposição proveniente do Serviço de Inspeção do Ministério Público sobre a realização de inspeção extraordinária a magistrada em comissão de serviço;
8. Apreciação e decisão do processo disciplinar contra a Procuradora da República;
9. Apreciação do pedido de escusa formulado no âmbito do processo de inquérito nº 01/2018/2019.
10. Apreciação do pedido de autorização de magistrado para lecionar na Universidade do Mindelo;
11. Apreciação das comunicações contra o Procurador da República;
12. Apreciação do pedido de requisição/contratação de Oficial de Diligências para secretaria do Tribunal Constitucional;
13. Análise e apreciação do pedido de permuta entre Oficiais de Diligências, Claudino Silva Rodrigues e Nuno Miguel Gomes;
14. Análise e apreciação dos Relatórios de auditorias realizadas aos Cofres dos Tribunais Judiciais das Comarcas da Praia e do Tarrafal;
15. Matérias para conhecimento;
16. Pedido de autorização para audição do Procurador da República;
17. Reapreciação da proposta de colocação do secretário do Ministério Público Arlindo Rodrigues Moreira.

1. Período antes da ordem do dia:

- a) Leitura de expedientes de interesse para reunião e aprovação do projeto da ordem do dia;
- b) Aprovação da acta nº 04/2018/2019, da reunião extraordinária de 05/10/2018;
Aprovada por unanimidade.
- c) Exposição de assuntos que os vogais entendam pertinentes

Informações do Presidente:

- Aprovação da Resolução nº 117/2018, de 24 de outubro, do Conselho de Ministros, que autoriza a transferência de verbas do Ministério das Finanças para o Conselho Superior do Ministério Público, para efeitos de pagamento das progressões dos Magistrados do Ministério Público;
- Audição parlamentar no dia 19 de outubro de 2018 na Comissão Especializada de Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado da Assembleia Nacional sobre o relatório anual do CSMP relativo as atividades do Ministério Público no ano judicial de 2017/2018, o qual foi positivamente apreciado pela comissão especializada;
- Audiência com o Ministro das Finanças e diretor nacional e diretores de serviço da Direção Nacional de Orçamento e Contabilidade Pública, para discussão da proposta do orçamento do Conselho Superior do Ministério Público e da Procuradoria-Geral da República para o ano de 2019, aprovada em abril de 2018 pelo CSMP; e que em relação a esta matéria há ainda alguma indefinição na questão de novos recrutamentos para o quadro do Ministério Público;
- Entrega para apreciação interna da versão inicial da proposta do plano de segurança do novo edifício da Procuradoria-Geral da República;
- Entrega pela Câmara Municipal do projecto de requalificação da zona circundante ao edifício da Procuradoria-Geral da República;
- Reunião de trabalho com a Direcção Nacional da Polícia Nacional e da Direcção Nacional da Polícia Judiciária, em função das visitas efectuadas pela delegação do CSMP as várias Comarcas, e para perspetivar a coadjuvação desses órgãos ao Ministério Público em função dos objetivos traçados para o ano judicial de 2018/2019;

2. Aprovação do Plano de Actividades do Conselho Superior do Ministério Público para o ano 2018/2019;

O CSMP deliberou:

Aprovar, por unanimidade, o Plano de Actividades do Conselho Superior do Ministério Público para o ano judicial 2018/2019.

3. Aprovação de propostas de acções de formação para Magistrados e Oficiais de Justiça do MP para o ano 2018/2019;

O CSMP deliberou:

Aprovar, por unanimidade dos presentes, as propostas de acções de formação para Magistrados e Oficiais de Justiça e técnicos superiores do Ministério Público para o ano 2018/2019.

4. Apreciação da proposta de alteração do Estacionário das Procuradorias da República das Comarcas da Brava e dos Mosteiros;

O CSMP deliberou:

Autorizar a alteração dos estacionários das Procuradorias da República das Comarcas da Brava e dos Mosteiros, aprovado pela Deliberação n.º 37/CSMP//2017/2018, de 26 de março de 2018.

Comunique.

5. Aprovação e fixação dos valores de referência processual mínima para os Magistrados do MP e Procuradorias da República de Comarca para o ano judicial de 2018/2019;

1. Estabelecer os valores de Referência Processual mínimos que deverá ser alcançado por cada magistrado e Procuradoria da República no decurso do ano judicial de 2018/2019 a seguir indicados:

Procuradorias da República com 1 (um) Magistrado

PROCURADORIA DA REPÚBLICA	VPR
MAIO	300
BRAVA	300
MOSTEIROS	400
SÃO NICOLAU	300
PAÚL	230
PORTO NOVO	550
RIBEIRA GRANDE	550
TARRAFAL	550
BOAVISTA	550
SÃO DOMINGOS	550

Procuradorias da República com MAIS de 1 (um) Magistrado

PROCURADORIA DA REPÚBLICA	MAGISTRADOS	VPR
SÃO FILIPE	Dr. ^a Vera Lúcia de Jesus Andrade Nogueira	700
	Dr. ^a Sílvia Soares	750
SANTA CRUZ	Dr. António Mendes Moreira	700
	Dra. Isolina Teixeira	750
SAL	Dr. Ary Varela	700
	Dr. Dílvia Moeda	750
SANTA CATARINA	Dr. Nilton Moniz	700
	Dr. Mário Sany Rocha	750
SÃO VICENTE	Dr. ^a Raquel Monteiro Fernandes	850
	Dr. ^a Nereida Simone do Rosário da Luz	850
	Dr. ^a Nueli Margarete Monteiro Duarte	450
PRAIA	Dra. Maria Onilda Silva	450
	Dr. Manuel Espírito Santo dos Reis	450
	Dr. Vital dos Santos Moeda, Filho	850
	Dr. ^a Inisabel Barros Marques	850
	Dr. Manuel António Livramento da Lomba	850
	Dr. Felisberto Ho Chi Minh Fernandes Robalo	850
	Dr. ^a Maria Flora Lopes	850
	Dr. ^a Carmelita Pereira	850

Secções de Investigação Criminal

Praia	SCEFO	900
	SVBG	2 000
	SCC Pessoas	5 000
	SCC Património	4 000
São Vicente	SCEFO	450
	SCC Pessoas	1 000
	SCC Património	2 000

A presente deliberação produz efeitos entre 1 de Agosto de 2018 e 31 de Julho de 2019.

Comunique-se e notifique-se.

6. Apreciação do Relatório de Inspeção realizado a Procuradora da República Dra. Kylly Samháa Almada Fernandes;

Por ter sido distribuído de forma incompleta o relatório de inspeção e a resposta da inspecionada Dra. Kylly Samháa Almada Fernandes aos membros do CSMP para apreciação da Plenária, a análise do relatório fica adiado para a reunião extraordinária do mês de novembro de 2018.

7. Apreciação da exposição proveniente do Serviço de Inspeção do Ministério Público sobre a realização de inspeção extraordinária a magistrada em comissão de serviço;

...O Conselho Superior do Ministério Público, reunido na sessão ordinária de 26 de outubro de 2018, por unanimidade dos presentes, considerando que se encontra inteiramente válido a deliberação que autorizou a nomeação para diretor de gabinete e, nos termos do disposto nos artigos 31.º n.º 1, e 37.º n.º 1 als. a) e n) da LOMP, delibera, que a Procuradora da República Dulcelina Sanches Rocha deve ser inspecionada com vista à avaliação do mérito profissional e classificação, nos mesmos termos e critérios que devem ser utilizados para inspeção dos assessores no gabinete do Procurador-Geral da República e o diretor nacional da Polícia Judiciária em conformidade com o alcance e sentido da Deliberação n.º 54/CSMP/2017-2018.

Comunique

8. Apreciação e decisão do processo disciplinar contra a Procuradora da República;

... Em conformidade com todo o exposto, delibera o Conselho Superior do Ministério Público em aplicar à Procuradora da República, com os demais sinais de identificação nos autos, uma pena de advertência escrita, nos termos do artigo 89.º, conjugado com as als. c) e d), do n.º 1, do artigo 30.º, do Estatuto dos Magistrados do Ministério Público.

A presente deliberação contém implícita a perfilhação, parcial, dos pressupostos do Relatório Final e dos motivos de que ela é consequência, devendo, por isso, ser notificada à arguida, com a respetiva cópia.

Registe-se no processo individual e notifique-se com as cópias necessárias.

Cumpra-se o mais da lei.

9. Apreciação do pedido de escusa formulado pelo Inspector do MP no âmbito do processo de inquérito nº 01/2018/2019;

... O Conselho Superior, reunido na sessão ordinária de 26 de outubro de 2018, por unanimidade dos presentes, ao abrigo dos artigos 98.º n.º 3, 117.º do EMMP, artigos 53.º ns.º 1, 2 e 3, 54.º, 55.º, 57.º ns.º 1 e 2 todos do código de processo penal, conjugado com os artigos 31.º n.º 1 e 37.º al. c) da LOMP, e pelos fundamentos referidos, dispensa o senhor Inspetor de intervir no processo de inquérito registado sob o n.º 1/2018-2019.

Remeta o processo ao serviço de inspeção para nova distribuição.

Comunique e notifique.

10. Apreciação do pedido de autorização do Procurador da República Dr. Baltazar Ramos Monteiro para leccionar na Universidade do Mindelo;

O CSMP deliberou:

Previamente à decisão, o requerente deve ser contacto diretamente, pelo Presidente a fim de obter mais informações e transmitir as observações feitas, e que o pedido será reapreciado na próxima reunião ordinária.

11. Apreciação das comunicações provenientes da Procuradoria da República da Comarca da Praia, contra o Procurador da República;

... Conselho Superior do Ministério Público, reunido na sessão ordinária de 26 de outubro de 2018, por unanimidade dos presentes, e de harmonia com o ns. ° 5 e 6 do art. ° 226.° e n. ° 3 do art. ° 227.° da Constituição da República, e ao abrigo das disposições combinadas dos artigos 3.° n. ° 2, 31.° n. ° 1, 37.° n. ° 1 al. c) e 2 als. b) e g), 59.° n. ° 1 da LOMP, art. ° 4.° n. ° 2 da Lei n. ° 85/VIII/2015, de 6 de Abril e, art. ° 8.° n. ° 5, 30.° n. ° 1 al. ° h) e 2, 72.°, 73.°, 127.° do EMMP e art. ° 3.° als. c), d), e), g) e h) do Decreto-Legislativo n. ° 8/97, de 8 de Maio, delibera:

- 1. Instaurar processo disciplinar contra o senhor Procurador da República;*
- 2. Determinar a remessa de todo o expediente para os Serviços de Inspeção do Ministério Público, para efeitos de instrução, nos termos e prazos legais.*

12. Apreciação do pedido de requisição/contratação de Oficial de Diligências para secretaria do Tribunal Constitucional;

O Conselho Superior do Ministério Público, reunido em sessão ordinária de 26 de outubro de 2018, no âmbito da boa cooperação institucional e no uso das competências previstas nos artigos 226° n°s 5 e 6, al. c), da Constituição da República, 31° e 37°, n.° 1, al. h), da Lei n° 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP), 36° da Lei n° 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, conjugado com o art.° 12° do Decreto-Lei n° 32/2015, de 28 de maio, 4°, al. c) e 8.° da Lei n° 54/2009, de 07 de dezembro, conjugado com o artigo 8°, 28° e 32°, n° 1 do Decreto-Lei n° 33/2017, de 25 de julho, delibera:

- 1. Autorizar a requisição de um Oficial de Diligências, conforme a lista de graduação, através da bolsa de competências de pessoal Oficial de Justiça do Ministério Público.*
- 2. Comunique.*

13. Análise e apreciação do pedido de permuta entre Claudino Silva Rodrigues e Nuno Miguel Gomes Vieira, Oficiais de Diligências;

O deliberou:

Solicitar o parecer da Procuradora da República Coordenadora da Procuradoria da República da Comarca de São Filipe e da Procuradora da República da Comarca do Tarrafal, e sendo este favorável, fica desde já autorizado a permuta.

Notifique.

14. Análise e apreciação dos Relatórios de auditorias realizadas aos Cofres dos Tribunais Judiciais das Comarcas da Praia e do Tarrafal;

O CSMP deliberou:

Propor a Senhora Ministra da Justiça e do Trabalho que sejam criadas condições para o cumprimento das recomendações constantes dos relatórios de auditorias.

Dar conhecimento ao Procurador da República Coordenador da Procuradoria da República da Comarca da Praia e ao Procurador da República da Comarca do Tarrafal, enquanto membros do Conselho Administrativo dos Cofres dos Tribunais, nos termos do Regulamento do Cofre Geral da Justiça.

15. Matérias para conhecimento:

O CSMP tomou conhecimento das seguintes matérias:

- Exposição do Procurador da República, sobre o pagamento de coima à EMEP;
- Do despacho proferido pelo Procurador-Geral da República que recaiu sobre o pedido de esclarecimentos relativo a recebimento de emolumentos subscritos pelos Oficiais de Justiça colocados nos Departamentos Centrais da Procuradoria-Geral da República.

16. Pedido de autorização para audição do Procurador da República;

Nos termos do artigo 48º do Estatuto dos Magistrados do Ministério Público, autoriza-se a audição do magistrado, na qualidade de denunciado, no âmbito dos autos de instrução, proveniente do Departamento de Acção Penal;

Notifique.

17. Reapreciação da proposta de colocação do Secretário do Ministério Público Arlindo Rodrigues Moreira;

O Conselho Superior do Ministério Público, reunido em sessão ordinária de 26 de outubro de 2018, e no uso das competências previstas nos artigos 226º n.ºs 5 e 6, al. c), da Constituição da República, 31º e 37º, n.º 1, al. h), da Lei n.º 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP), nos termos dos artigos 5.º e 9º do Decreto-Lei n.º 33/2017, de 25 de julho, e os arts. 7.º, 8º do Estatuto do Pessoal Oficial de Justiça e arts. 1.º, 4.º n.º 3 al. a), 24.º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de dezembro, delibera:

1. Colocar o oficial de justiça reafectado **Arlindo Rodrigues Moreira**, Secretário do Ministério Público, nível I, do quadro de pessoal das secretarias do Ministério Público, para, na mesma categoria, exercer as funções na Procuradoria da República da Comarca do Paúl;
2. A presente deliberação produz efeitos a partir do dia 9 de novembro de 2018.
3. Publique.

Conselho Superior do Ministério Público, 26 de Outubro de 2018.